
***ATU18 Arrendatária
Portuária SPE S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas
ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 05 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Assinado por: PRISCILA DA COSTA E SILVA PASCHOAL GOMES 25...
CPF: 25258876896
Data/Hora da Assinatura: 05 May 2023 | 18:45 BRT

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e
2021**

Índice

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	7
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	8

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Ativo Circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	195	95
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	10.943	1.551
Contas a receber	8	1.883	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		414	21
Despesas antecipadas		626	-
Adiantamentos a terceiros	9	128	500
Outros créditos	17.1	1.633	-
		15.822	2.167
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	225	29
		225	29
Imobilizado	10	159	-
Intangível	11	96.868	14.279
		97.252	14.308
Total do ativo		113.074	16.475
Passivo Circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	12	1.093	-
Obrigações com poder concedente	13	5.515	-
Obrigações sociais e trabalhistas	15	138	-
Tributos a recolher	14	314	4
Outras contas a pagar	17.1	5.252	1.004
		12.312	1.008
Não circulante			
Obrigações com poder concedente	13	77.212	-
		77.212	-
Total do passivo		89.524	1.008
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	23.989	15.524
Prejuízos acumulados		(439)	(57)
Total do patrimônio líquido		23.550	15.467
Total do passivo e patrimônio líquido		113.074	16.475

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Demonstrações do resultado do exercício
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

	Nota	31/12/2022	Período de 25/03/2021 a 31/12/2021
Receita líquida de prestação de serviços e construção	19	28.043	-
Custo com prestação de serviços e construção	19	(22.126)	-
Lucro bruto		5.917	-
Despesas administrativas	21	(4.533)	(145)
Lucro (prejuízo) antes das despesas e receitas financeiras		1.384	(145)
Receitas financeiras	22	878	63
Despesas financeiras	22	(2.840)	(4)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(578)	(86)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.3	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16.3	196	29
Total do imposto de renda e da contribuição social		196	29
Prejuízo do exercício/período		(382)	(57)

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	31/12/2022	Período de 25/03/2021 a 31/12/2021
Prejuízo do exercício/período	(382)	(57)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício/período	(382)	(57)

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 25 de março de 2021	-	-	-
Integralização de capital (nota 18.1)	15.524	-	15.524
Prejuízo do período	-	(57)	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.524	(57)	15.467
Integralização de capital (nota 18.1)	8.465	-	8.465
Prejuízo do exercício	-	(382)	(382)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.989	(439)	23.550

Demonstrações de fluxo de caixa – método indireto**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2022	Período de 25/03/2021 a 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	16.3	(578)	(86)
Ajuste para:			
Depreciação e amortização	21	2.413	-
Variações monetárias sobre direito de exploração	22	2.827	-
		4.662	(86)
Contas a receber		(1.883)	-
Fornecedores		1.093	-
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar		448	4
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		2.361	504
		2.019	508
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		(393)	(21)
Juros pagos sobre direito de exploração	13	(24)	-
Caixa líquido geradas pelas atividades operacionais		6.264	401
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(3.035)	(14.279)
Resgate (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		(9.392)	(1.551)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		(12.427)	(15.830)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	18.1	8.465	15.524
Amortização de contratos de direito de exploração	13	(2.202)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		6.263	15.524
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		100	95
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	6	95	-
No final do período	6	195	95
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		100	95
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa			
Adição de intangível por direito de exploração		(82.126)	-

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

1. Informações gerais

A ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A (“ATU18” ou “Sociedade”) é uma sociedade com propósito específico e sociedade anônima, com sede no município de Candeias – Bahia, que tem como atividades preponderantes a de um terminal portuário localizado no Porto Organizado de Aratu-Candeias/BA, dedicado à movimentação de granéis sólidos, principalmente fertilizantes, concentrado de cobre e minérios diversos, onde a CS Brasil Transportes (“CS Brasil”) detinha 100% das ações. Em 30 de dezembro de 2022, a controladora CS Brasil Transportes vendeu a totalidade de sua participação para a CS Infra S.A, passando essa a ser a controladora. A sociedade é uma controlada indireta da Simpar S.A (“Grupo Simpar”), detentora de 100% das ações da CS Infra.

No dia 08/06/2022, a Sociedade assinou termo de posse das instalações do terminal e deu início as operações de atividades portuárias previstas em contrato, conforme nota explicativa 1.1

1.1 Contrato de concessão

O Porto de Aratu-Candeias está localizado na enseada de Caboto, próximo à entrada do Canal Cotegipe, região nordeste da Baía de Todos os Santos, no município de Candeias – BA (cerca de 50 km de Salvador). O porto abrange e influencia toda a região dos Estados de Sergipe, Alagoas, região oeste de Pernambuco e leste de Minas Gerais.

Sua estrutura conta com quatro terminais para a movimentação de granéis sólidos, produtos líquidos e gasosos. Isso permite que o Porto de Aratu-Candeias opere com grande variedade de produtos, entre eles: minérios de ferro, manganês e cobre, ureia, fertilizantes, nafta, propeno e concentrado de cobre.

Com um prazo de 15 anos, a receita é mensurada com base em contratos firmados diretamente com clientes privados, onde a Sociedade estabelecerá o preço a ser cobrado do usuário, atualmente as operações complementam a operação de fertilizantes e passara por importantes investimentos para movimentar graneis vegetais, criando assim sinergia entre a importação dos insumos agrícolas e a exportação dos grãos

O preço estabelecido pela prestação das atividades será livremente fixado pela Sociedade conforme previsto em contrato, compreendendo, mas não se limitando às seguintes operações:

- Atividades de preparação para início da operação e término da operação a cargo do operador portuário;
- Expedição ou recepção terrestre da carga, conferência de documentos e processamento portuária e de informações na entrada ou saída do Arrendamento;
- Pesagens, exceto as requisitadas pelo dono da carga;
- Utilização do sistema de correias transportadoras e equipamentos portuários;
- Embarque no navio e Desembarque do navio da carga;
- Atracação;
- Armazenagem da carga por período mínimo de 20 (vinte) dias;
- Atendimento a eventuais solicitações de Autoridades para inspeção da carga; e
- Movimentação interna da carga realizada por iniciativa do operador ou motivada por Autoridades durante o período de armazenagem.

As atividades poderão, a critério da Sociedade, passar a contemplar, a qualquer tempo, outras operações não incluídas nas descritas acima de modo a permitir a adequada perpetuação da prestação dos serviços aos usuários.

1.2 Licenças e autorizações

Em 18 de dezembro de 2020, a antiga controladora CS Brasil Transportes venceu o processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de terminal portuário no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominado ATU18 realizados pela ANTAQ - Agência Nacional de

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Transportes Aquaviários. O contrato tem vigência de 15 anos e outorga total de R\$ 52.500 (cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

A área denominada ATU 18 conta com movimentação e armazenagem de graneis sólidos vegetais, especialmente complexo de soja.

Em 09 de março de 2021, foi oficialmente homologado a concessão do terminal portuário ATU 18, pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e pela ANTAQ.

Em 25 de março de 2021, foi efetuado o pagamento da primeira parcela da outorga, no montante total de R\$ 13.125 (treze milhões e cento e vinte e cinco mil reais), em continuidade do leilão das concessões portuárias ATU 18, homologado em março.

Em 16 de março de 2022 a Sociedade requereu ao IBAMA a Licença de Operação, para Operações Portuárias de Granéis Sólidos, localizada na cidade de Candeias, estado da Bahia, na Vila Matoin S/N. Prédio ADM TGSII, Sala 1, Bairro Distrito Industrial, CEP 43.813-000. A licença foi concedida em 18 de maio de 2022.

Em 15 de outubro de 2022, a Companhia recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, órgão do Governo do Estado da Bahia, a Licença definitiva de Operação do Galpão de armazenamento de Graneis Sólidos, com vigência até 15 de outubro de 2027.

1.3 Situação da COVID-19

A Sociedade continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores.

1.4 Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia

A Sociedade tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. Em consequência das tensões causadas pelo conflito, a administração está acompanhando os impactos nos custos causados pela alta no preço do diesel, que apesar dos repasses de preços aos clientes, levaram a um aumento nos custos com agregados e terceiros e nos custos de combustível e lubrificantes.

1.5 Sustentabilidade e meio ambiente

A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos:

- regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumenta o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas;
- tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo;

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

- de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e
- reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

Mudanças climáticas

Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Sociedade é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo.

Nesse sentido, em 2022 medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor.

Em 2022, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento “Empresários pelo Clima” e nos comprometendo com metas de redução das emissões de *GEE* no Brasil.

Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observamos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais.

Gestão de recursos naturais

O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Sociedade, certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; - manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores.

Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerrefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Ainda em 2021, iniciamos um teste piloto com o software voltado à gestão de resíduos em 57 unidades piloto do Grupo Simpar, objetivando o aumento de nosso desempenho na tratativa do tema.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 04 de maio de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As Demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 5.1, quando aplicável.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar a data da aquisição. Para mais informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa 6.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Todos os ativos financeiros serão reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.4.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.4.3. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, não foram observados indicativos, os quais a Sociedade fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável.

2.4.5. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Sociedade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Sociedade.

Quando disponível, a Sociedade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Sociedade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Sociedade mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Sociedade determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

2.6 Intangível

2.6.1 Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As taxas de amortização dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas na nota explicativa 11.

2.6.2 Contratos de concessão

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias e contrato de concessão rodoviária em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas nos contratos, dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. A Sociedade amortiza os contratos de concessão pelo prazo das respectivas concessões, na rubrica de “Custo de venda e prestação de serviço.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. .

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual

Direito de outorga

Existe a necessidade de pagamento de outorga pelas SPE ao Poder Concedente. De acordo com os editais, o modelo escolhido pelo Poder Concedente foi que venceria a concorrência que apresentasse as propostas mais vantajosas, adotando-se o critério de maior valor de outorga. Essa outorga refere-se ao prêmio pago para que a SPE tenha o direito de utilização dos ativos citados no contrato de concessão ao longo do prazo determinado e são contabilizados na rubrica de intangível e amortizados pelo mesmo prazo.

Direito de exploração

O direito de exploração foi registrado ao valor justo no ativo intangível, em contrapartida de obrigações com o poder concedente, que corresponde ao fluxo projetado de pagamentos por todo o prazo do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa 13, utilizando como taxa de desconto o custo de captação de dívidas de sua controladora no momento da assinatura do contrato de concessão.

2.7 Imposto de renda e contribuição social correntes (“IRPJ e CSLL”)

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por Sociedade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.9 Reconhecimento de receitas

2.9.1 Receitas de contrato de clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza dos contratos com clientes, estão descritas abaixo:

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

- **Receita de serviços de carga e descarga portuária**

Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de carga e descarga de navios são realizados a partir do atracamento no terminal e são cobrados mediante a medição de tonelage dos materiais movimentados. As faturas são emitidas mediante o aceite do cliente e são cobrados conforme o acordo comercial.

2.10.2 Receitas de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Sociedade será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os Parâmetros do Arrendamento. Conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Sociedade em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços. A receita referente a serviços de construção, reconhecido em observação ao item 43 da orientação técnica supramencionada, não é tributável.

Quando a Sociedade presta serviços de construção, reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra.

A Administração da Sociedade entende que os custos só existem em função das obras do Terminal Portuário os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Companhia estima ter margem de lucro igual à zero pelos serviços de construção, pelo fato de que são contratados a valor de mercado.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo.

3. Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Contabilização do contrato de concessão

A contabilização do contrato de concessão é realizada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão.

A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e ativo financeiro; e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

A Companhia entende que a melhor demonstração dos gastos com construção na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionado ao ativo intangível, é enquadrada no grupo de atividades de investimento, uma vez que os gastos só ocorrem diante da expectativa de rentabilidade futura com o contrato de concessão, em consoante com o determinado no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o reconhecimento de receita operacional líquido foi de R\$ 24.012.

b) Reconhecimento de ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão e assinatura do termo de posse.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (“CPC”):

•**Alteração ao IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do exercício. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). Adicionalmente, esclarecem a que se refere “liquidação” de um passivo à luz do IAS 1. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “políticas contábeis relevantes”, sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. Estas alterações tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023;

•**IFRS 10 / CPC 36(R3) e IAS 28 / CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture:** As alterações tratam especificamente sobre o tratamento contábil para os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial.

•**IFRS 17 / CPC 50 - Contratos de Seguro:** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Sociedade estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	195	195	-	95	95
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	10.943	-	10.943	1.551	-	1.551
Contas a receber	-	1.883	1.883	-	-	-
Outros créditos	-	1.633	1.633	-	-	-
	10.943	3.711	14.654	1.551	95	1.646

Passivos, conforme balanço patrimonial	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo amortizado	Total	Custo amortizado	Total
Fornecedores	1.093	1.093	-	-
Arrendamentos a pagar por direito de uso	82.727	82.727	-	-
Outras contas a pagar	5.252	5.252	1.004	1.004
	89.072	89.072	1.004	1.004

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Sociedade, está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	195	195	95	95
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	10.943	10.943	1.551	1.551
Contas a receber	1.883	1.883	-	-
Outros créditos	1.633	1.633	-	-
Total	14.654	14.654	1.646	1.646
Passivos financeiros				
Fornecedores	1.093	1.093	-	-
Arrendamentos a pagar por direito de uso	82.727	82.727	-	-
Outras contas a pagar	5.252	5.252	1.004	1.004
Total	89.072	89.072	1.004	1.004

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos.

Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	31/12/2022			31/12/2021		
	Nível1	Nível2	Total	Nível1	Nível2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	188	188	-	73	73
Letras financeiras	-	-	-	-	14	14
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	4.743	-	4.743	643	-	643
LTN - Letras do Tesouro Nacional	6.200	-	6.200	908	-	908
	10.943	188	11.131	1.551	87	1.638

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	13,65	13,72	13,67	13,10	12,65	12,62	12,64

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2022.

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros não derivativos da Sociedade se referem a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Sociedade possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora Simpar, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Sociedade sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Sociedade está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração da controladora Simpar autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Sociedade está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Sociedade, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

		Rating em Escala Local "Br"	
Nomenclatura		Qualidade	
Br	AAA	Prime	
Br	AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	
Br	A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	
Br	BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	
Br	BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	
Br	B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	
Br	CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	
Br	DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Sociedade para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Valores depositados em conta corrente	7	8
Br AAA	188	87
Total de aplicações financeiras	188	87
Total de caixa e equivalentes de caixa	195	95
	31/12/2022	31/12/2021
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	10.943	1.551
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	10.943	1.551

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Sociedade afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 5.3.1.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Sociedade monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Sociedade, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

					31/12/2022
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	acima de 3 anos
Ativos financeiros					

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Caixa e equivalentes de caixa	195	195	195		
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	10.943	10.943	10.943		
Contas a receber	1.883	1.883	1.883		
Outros créditos	1.633	1.633	1.633		
Total	14.654	14.654	14.654		
Passivos financeiros					
Fornecedores	1.093	1.093	1.093	-	-
Arrendamentos por direito de uso	82.727	82.727	5.515	12.485	64.727
Outras contas a pagar	5.252	5.252	5.252	-	-
Total	89.072	89.072	11.860	12.485	64.727

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	3	-
Bancos	4	8
Total de disponibilidades	7	8
CDB - Certificado de depósitos bancários	188	73
Letras financeiras	-	14
Total de aplicações financeiras	188	87
Total	195	95

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 14,91 % a.a. (7,08 % a.a. em 31 de dezembro de 2021).

7. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

Operações	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	4.743	643
	6.200	908
LTN - Letras do Tesouro Nacional		
Total	10.943	1.551

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio foi equivalente a 13,87% a.a. (7,23 % a.a. em 31 de dezembro de 2021).

8. Contas a Receber

	31/12/2022	31/12/2021
Cientes	81	-
Provisões a faturar	1.802	-
Total	1.883	-
Circulante	1.883	-
Não circulante	-	-
Total	1.883	-

8.1 Aging List

	31/12/2022			Contas a receber líquido
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	
Total a vencer	1.709	-	0,00%	1.709
Vencidos até 30 dias	174	-	0,00%	174
Total vencidos	174	-	0,00%	174
Total	1.883	-	0,00%	1.883

9. Adiantamento a terceiros

	31/12/2022	31/12/2021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Custo antecipados para captação de empréstimos	-	500
Adiantamento a fornecedores diversos	128	-
Total	128	500

10. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Total
Custo:		
Em 31 de dezembro de 2021	-	-
Adições	159	159
Em 31 de dezembro de 2022	159	159
Saldos líquidos:		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	159	159

11. Intangível

A movimentação para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

	Contrato de concessão (i)	Intangível em andamento (ii)	Total
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2021	-	14.279	14.279
Adições	-	85.002	85.002
Transferências	99.281	(99.281)	-
Em 31 de dezembro de 2022	99.281	-	99.281
Amortização acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Despesas de amortização no período	(2.413)	-	(2.413)
Em 31 de dezembro de 2022	(2.413)	-	(2.413)
Saldos líquidos:			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	14.279	14.279
Saldos em 31 de dezembro de 2022	96.868	-	96.868

Taxa média de amortização (%) - no período: 2,43% a.a

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem a Infraestrutura do Porto.
(ii) Refere-se a obras, serviços de melhoria e obrigações com poder concedente até o momento de início de operação

12. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Veículos, máquinas e equipamentos	139	-
Partes relacionadas	9	-
Serviços contratados	343	-
Peças e manutenção	568	-
Outros	34	-
Total	1.093	-

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

13. Obrigações com poder concedente

Conforme previsto em contrato, a Sociedade deve pagar à Administração do Porto os seguintes valores:

- (i) A título de outorga, o pagamento de R\$ 53.500 conforme Edital de Concessão. 25% do montante da outorga deve ser pago como condição para assinatura do contrato e o restante pago em cinco parcelas anuais a partir de 2023. O primeiro pagamento no valor de R\$ 13.125 foi realizado durante o exercício de 2021. No exercício de 2022, não foram realizados novos pagamentos, com a próxima parcela a vencer em maio de 2023;
- (ii) R\$ 314 por mês, a título de valor do arrendamento fixo pelo direito de explorar as atividades no arrendamento e pela cessão onerosa da área do arrendamento, reajustado anualmente a partir da data de assinatura do contrato pela variação do IPCA referenciado a abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensal pago a título de arrendamento fixo é de R\$ 384.173,00 (trezentos e oitenta e quatro mil, cento e trinta e sete reais);
- (iii) R\$ 3,82 (três reais e oitenta e dois centavos) por tonelada de qualquer carga movimentada, a título de valor do arrendamento variável; pelo direito de explorar as atividades no arrendamento e pela cessão onerosa da área do arrendamento, reajustado anualmente a partir da data de assinatura do contrato pela variação do IPCA referenciado a abril de 2019;
- (iv) a sociedade deverá pagar à autoridade portuária cinco parcelas de R\$ 7.875 a título de valor da outorga, correspondente à diferença entre o valor da oferta realizada no leilão do presente arrendamento e o valor já pago pela sociedade vencedora como obrigação prévia à celebração do contrato, sendo pagas anualmente com a primeira parcela a ser paga em até 10 (dez) dias após o término do 12.º (décimo segundo) mês contado da data de assunção; e as demais serão pagas a cada 12 (doze) meses, devendo ser reajustado pelo IPCA acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de pagamento de cada parcela anual.

O valor do arrendamento previsto no item (i) será pago pela sociedade à Autoridade Portuária, a partir da data da assunção até o final do prazo do arrendamento, em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do último dia do mês de referência.

O valor do arrendamento variável previsto no item (ii) será pago mensalmente pela sociedade à Autoridade Portuária, com base na movimentação mensal de todas as cargas, a partir do início das atividades até o final do prazo do arrendamento, em moeda corrente nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do último dia do mês de referência.

- (a) A partir do início das atividades, conforme detalhado na nota explicativa 1, ao fim de cada período de 1 (um) ano, ou seja, a partir de junho de 2023, caso a movimentação efetivamente contabilizada seja inferior à movimentação mínima exigida, a arrendatária deverá pagar à Autoridade Portuária o valor do arrendamento variável, tomando por base o valor em reais por tonelada indicada no item (ii) multiplicado pela diferença entre a movimentação mínima exigida (demonstrada na tabela abaixo) e a movimentação efetivamente contabilizada no período. O pagamento deve ser realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do último dia do ano em referência.
- (b) Para fins de contabilização da movimentação efetivamente contabilizada prevista no subitem (a) só serão admitidas as movimentações de cargas exigidas a título de movimentação mínima exigida (conforme tabela abaixo) excluindo-se as cargas que a sociedade é autorizada a movimentar, mas que não são incluídas dentre aquelas exigidas a título de movimentação mínima exigida.

Ano do arrendamento	Movimentação mínima exigida de complexo de soja (quilo tonelada - kt)
Ano 1	-
Ano 2	-
Ano 3	-
Ano 4	164
Ano 5	331
Ano 6	510
Ano 7	699
Ano 8	717
Ano 9	737
Ano 10	756
Ano 11	768

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Ano 12	780
Ano 13	792
Ano 14	804
Ano 15	816

A movimentação dos valores a pagar ao poder concedentes durante o exercício de 2022 estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2022</u>
Obrigações com o poder concedente no início do exercício	-
Arrendamento fixo	48.219
Outorga	33.907
Amortização de arrendamento fixo	(2.202)
Juros pagos sobre arrendamento fixo	(24)
Juros apropriados	2.827
Obrigações com o poder concedente no encerramento do exercício	82.727
Circulante	5.515
Não circulante	77.212
Total	82.727

14. Tributos a Recolher

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS	137	4
ISS	163	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e outros	14	-
Total	314	4

15. Obrigações Trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de férias e 13º salário	38	-
Salários	35	-
INSS	59	-
FGTS	6	-
Total	138	-

16. Imposto de renda e contribuição social

16.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto diferido ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	225	29
Total do imposto diferido ativo, líquido	225	29

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 está demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	29
IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	196
Saldos em 31 de dezembro de 2022	225

16.2 Prazo estimado de realização

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2022 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os próximos 3 (três) exercícios.

16.3 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	31/12/2022	Período de 25/03/2021 a 31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(578)	(86)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	196	29
IRPJ e CSLL apurados	196	29
Corrente	-	-
Diferido	196	29
IRPJ e CSLL no resultado	196	29

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros.

Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

17. Partes relacionadas

17.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

As naturezas dos saldos em contas do balanço patrimonial com partes relacionadas referem-se a transações compostas por outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Empresa custeadas por outras partes relacionadas.

	Outros Créditos		Fornecedores (nota 14)		Outras contas a pagar	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Partes relacionadas						
CS BRASIL	-	-	-	-	881	-
ATU 12	1.633	-	34	-	4.371	1.004
Total	1.633	-	34	-	5.252	1.004
Circulante	1.633	-	34	-	5.252	1.004
Não circulante	-	-	-	-	-	-
Total	1.633	-	34	-	5.252	1.004

17.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado do exercício/período

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de despesas operacionais para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 de transações entre as empresas da Sociedade e suas partes relacionadas:

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

Resultado	Custos dos serviços prestados		Despesas administrativas, comerciais e recuperação de despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Transações eliminadas no resultado				
CS BRASIL	-	-	(53)	-
ATU 12	(4.238)	-	(1.593)	-
Total	(4.238)	-	(1.646)	-

XX

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 23.989 dividido em 23.989 quotas sem valor nominal, sendo 100% pertencente integralmente a controladora CS Infra S.A.

	Valor	Cotas
Saldo em 25 de maio de 2021	-	-
Integralização de capital	15.524	15.524
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.524	15.524
Integralização de capital	8.465	8.465
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.989	15.524

19. Receita Líquida

a) Fluxo de receitas

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	24.012	-
Receita de construção	4.031	-
Receita líquida de prestação de serviços	28.043	-

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	32.032	-
Menos:		
Impostos sobre vendas	(3.989)	-
Receita líquida total	28.043	-

b) Desagregação da receita por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de transporte de cargas gerais	24.012	-
Receita com Construção	4.031	-
Receita líquida de prestação de serviços	28.043	-
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	4.031	-
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	24.012	-
Receita líquida total	28.043	-

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 Em milhares de reais

20. Cobertura de seguros

A Sociedade possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a). Seguros para garantias de obrigações públicas

Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Os seguros sobre propriedade de terceiros estão apresentados da seguinte forma:

Serviços Segurados	Vigência	Cobertura
Bens moveis e imóveis	11/05/2022 – 17/05/2023	R\$ 24.920
Bens moveis e imóveis	07/05/2022 – 17/05/2023	R\$ 57.918

21. Gastos por natureza

As informações de resultado da Sociedade são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2022	Período de 25/03/2021 a 31/12/2021
Pessoal e encargos	(3.228)	(143)
Depreciação e amortização	(2.413)	-
Manuseio de cargas e enlunamentos	(16.384)	-
Peças, pneus e manutenções	(65)	-
Comunicação, propaganda e publicidade	(79)	-
Prestação de serviços	(4.061)	-
Aluguéis de imóveis	-	(1)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(3)	-
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	1.099	-
Materiais de construção	(940)	-
Outros custos	(585)	(1)
	(26.659)	(145)
Custo das prestações de serviços	(18.095)	-
Custo com construção	(4.031)	-
Despesas administrativas	(4.533)	(145)
	(26.659)	(145)

22. Resultado financeiro

	31/12/2022	Período de 25/03/2021 a 31/12/2021
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	877	63
Juros recebidos	1	-
Receita financeira total	878	63
Juros passivos	(1)	-
Variação monetária sobre direito de exploração	(2.827)	-
Outras despesas financeiras	(10)	(4)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	(2)	-
Despesa financeira total	(2.840)	(4)
Resultado financeiro líquido	(1.962)	59

ATU18 Arrendatária Portuária SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

23. Eventos Subsequentes

23.1 Captação de empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

Em 03 de fevereiro de 2023 houve a liberação da primeira parcela do financiamento contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para viabilizar as atividades e melhorias necessários para o cumprimento do contrato de concessão no montante de R\$ 54.000.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 15531EE4FECA47CAA946ABF357EAFF9F	Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: ATU18ARRENDATARIA22.DEZ_Final.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 32	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Moara Bueno
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca
	São Paulo, SP 05001-100
	moara.bueno@pwc.com
	IP Address: 134.238.160.120

Record Tracking

Status: Original 05 May 2023 16:50	Holder: Moara Bueno moara.bueno@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 05 May 2023 18:46	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
priscila.paschoal@pwc.com
Associated Partner
PwC BR
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

Signature Adoption: Drawn on Device
Using IP Address: 18.231.224.30

Timestamp

Sent: 05 May 2023 | 16:51
Viewed: 05 May 2023 | 18:35
Signed: 05 May 2023 | 18:46

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Moara Bueno
moara.bueno@pwc.com
PwC BR

COPIED

Sent: 05 May 2023 | 18:46
Viewed: 05 May 2023 | 18:46
Signed: 05 May 2023 | 18:46

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	05 May 2023 16:51
Certified Delivered	Security Checked	05 May 2023 18:35
Signing Complete	Security Checked	05 May 2023 18:46
Completed	Security Checked	05 May 2023 18:46

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------